



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2014/436514-6  
JUCERJA

19 dez 2014 15:15  
Guia: 101405639

3330029570-4

Atos: 980

ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

HASH: D14124365146S

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada. Junta » Calculado: 417,00 DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 417,00  
ULT. ARQ.: - Pago: 0,00

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)  
33300295704

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

(vide Tabela 1)

## 1. REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nire: 33300295704

Protocolo: 00-2014/436514-6 - 19/12/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO

ED33000594-3/000  
DATA: 22/12/2014

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

ST. PARTE DE ESCRITURA DO

1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBITOS SIMPLES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES EM SÉRIE ÚNICA DA ESPÉCIE QUIRÓGRAFÁRIO, P/ DIST. PÚB. C/ ESFORÇOS RESTRITOS

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

2  
Rio  
18/12/2014  
Local  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: MARCO SÉRGIO N. PEREIRA

Assinatura:

Telefone de contato:

## 2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

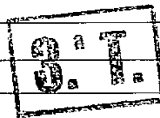
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.  
A decisão.



Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

22/12/2014  
Data

Vogal  
Presidente da Turma

Paulo de Aguiar Paiva  
Vogal

Vogal

Cândido Olivieri Carneiro de Souza  
Vogal

Matr.: 397-0

OBSERVAÇÕES:

Ed. 50 - 22/12/2014

FORTAN GRÁFICA

REF.: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nire: 33300295704

Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44

Arquivamento: ED33000594-000/3

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1274959

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA  
ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**

**ENTRE**

**ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.  
COMO EMISSORA**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS**

**E**

**ODEBRECHT S.A.  
COMO INTERVENIENTE ANUENTE**

**DATADA DE  
15 DE DEZEMBRO DE 2014**

*[Assinaturas manuscritas]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

OS/A



1274960

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**A. ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Praia de Botafogo, 300, 11º andar - parte, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.668.258/0001-00, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora" ou "OPI");

**B. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), nomeado neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente 1ª (primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora ("Debenturistas" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

E, na qualidade de interveniente anuente,

**C. ODEBRECHT S.A.**, sociedade anônima, com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Avenida Luis Viana Filho, nº 2.841, Edifício Odebrecht, Paralela, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.144.757/0001-72, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Odebrecht");

(a Emissora, o Agente Fiduciário e a Odebrecht são, conjuntamente, denominados como "Partes" e, individualmente, como "Parte")

celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Odebrecht Participações e Investimentos S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), nos termos e condições abaixo.

**1. AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS**

1.1. A Emissão das Debêntures (conforme definido abaixo) e a oferta pública, com esforços restritos de distribuição, das Debêntures ("Oferta Restrita"), a ser realizada nos termos da

2

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3



1274961

Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e a celebração pela Emissora do Contrato de Suporte de Acionistas (conforme definido abaixo) serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2014 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. A celebração, pela Odebrecht, do Contrato de Suporte de Acionistas independe da autorização da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Odebrecht, nos termos do Estatuto Social aprovado em assembleia geral extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2009, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") em 23 de janeiro de 2009 sob o nº 96886469.

## 2. DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1. Até a Data de Subscrição (conforme definido abaixo), a ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no Jornal do Commercio, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.2. Inscrição e Registro da Escritura

2.2.1. Esta Escritura deverá ser inscrita na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, como condição precedente para a subscrição das Debêntures. Eventuais aditamentos a esta Escritura deverão ser protocolados na JUCERJA em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura, conforme disposto no artigo 62, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura devidamente arquivada, bem como a via original dos respectivos aditamentos devidamente arquivados, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção do respectivo registro junto à JUCERJA.

### 2.3. Dispensa de Registro da Oferta na CVM

2.3.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6.º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

### 2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

3



1274962

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP e (c) as Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 15 da Instrução CVM 476.

## **2.5. Registro da Oferta na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.5.1. Não obstante o quanto disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, em razão da inexistência de diretrizes específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita somente será objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) se forem expedidas diretrizes específicas até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

## **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1 Objeto Social da Emissora**

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: a) a exploração, no Brasil ou no exterior, direta ou indireta, dos negócios de concessões de obras e serviços públicos, designadamente no âmbito das rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energias, saneamento básico, tratamento e abastecimento de água, esgotamento sanitário, arenas multiuso, além de outras atividades relacionadas a infraestrutura, serviços públicos, meio ambiente e entretenimento; b) a prestação de serviços de assessoria técnica relacionados aos negócios indicados no item acima, c) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto social, inclusive importação e exportação; d) a participação no capital social de outras sociedades

J

4

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

08/1



empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista; e e) a intermediação e comercialização das propriedades de mídia dos negócios indicados no item "a" acima.

### 3.2 Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3 Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.4 Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

### 3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 375 (trezentas e setenta e cinco) debêntures ("Debêntures").

### 3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante de emissão e escriturador mandatário da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante de Emissão" e "Escriturador Mandatário", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante de Emissão e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços de Banco Liquidante de Emissão e de Escriturador Mandatário previstos nesta Escritura).

### 3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos captados por meio da presente Emissão serão integralmente utilizados pela Emissora para realizar o pagamento, incluindo a totalidade do saldo de principal e juros remuneratórios, da Cédula de Crédito Bancário nº 21.4155.767.0000007/50 emitida pela Emissora em 28 de maio de 2014, conforme aditada, tendo como credora a Caixa Econômica Federal, no valor de principal de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ("CCB da Emissora"), e o saldo, se houver, para capital de giro ou emprego em quaisquer projetos com participação direta ou indireta da Emissora ou da Odebrecht.

3.7.2. A Emissora deverá, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da Data de Subscrição, completar os atos previstos na Cláusula 3.7.1 acima.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3



1274964

### 3.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, de acordo com os procedimentos da Instrução CVM 476, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação da Caixa Econômica Federal ("Coordenador Líder"), que efetuará a distribuição sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Odebrecht Participações e Investimentos S.A" ("Contrato de Colocação").

3.8.2. O Coordenador Líder organizará a distribuição pública, com esforços restritos, das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476, para tanto, poderão ser acessados até 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, podendo as Debêntures ser adquiridas por até 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

## 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Características Básicas

#### 4.1.1. Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"), observado o disposto no item 4.5.2 abaixo.

#### 4.1.2. Data de Emissão

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 17 de dezembro de 2014 ("Data de Emissão").

#### 4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 17 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado, nos termos dos itens 5.2 e 5.3 abaixo. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo) devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

W  
6  
f

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

10/1



#### 4.1.4. *Forma e Emissão de Certificados*

As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

#### 4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

#### 4.1.6. *Conversibilidade*

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.1.7. *Espécie*

As Debêntures serão da espécie quirografária.

### 4.2. **Subscrição**

#### 4.2.1. *Prazo de Subscrição*

As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data, a qualquer tempo a partir da data de início da distribuição, obedecido ao disposto no artigo 7-A da Instrução CVM 476, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Colocação ("Data de Subscrição").

#### 4.2.2. *Preço de Subscrição*

O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário.

### 4.3. **Integralização**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, de acordo com os procedimentos da CETIP.

### 4.4. **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1/1



1274966

#### 4.5. Juros Remuneratórios das Debêntures

4.5.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 117% (cento e dezessete por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) ("Taxa DI" e "Juros Remuneratórios", respectivamente). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Subscrição, da Data de Incorporação de Juros (conforme definida abaixo) ou da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

4.5.2. Os Juros Remuneratórios das Debêntures incorridos no período compreendido entre a Data de Subscrição (inclusive) e 17 de setembro de 2018 (exclusive) ("Período de Incorporação de Juros"), serão capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário no último dia do Período de Incorporação de Juros, ou seja, em 17 de setembro de 2018 (exclusive) ("Data de Incorporação de Juros").

4.5.2.1. Após a Data de Incorporação de Juros, o Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios incorporados ao Valor Nominal Unitário passará a ser o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures para os fins desta Escritura, incluindo sem limitação para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.5.3. Os Juros Remuneratórios serão devidos mensalmente, no dia 17 de cada mês calendário, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de outubro de 2018 e o último na Data de Vencimento.

4.5.4. Farão jus aos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares das Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

4.5.5. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

W  
8  
f  
f

W

W

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



**J** valor unitário dos Juros Remuneratórios acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

**VNe** Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**FatorDI** produtivo das Taxas DI com uso do percentual aplicado, apurado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a Data Incorporação de Juros (exclusive) ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios (exclusive), conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

**n** Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

**"k"** número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até "n";

**p** 117.00;

**TDI<sub>k</sub>** Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*over extra-grupo*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

(i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;


(ii) o fator resultante da expressão  $[(1 + \text{TDI}_k) \times p/100]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

12/1

9

J

f

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3



1274968

(iii) efetua-se o produtório dos fatores  $[(1 + TDI_k) \times p/100]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

(iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.5.6. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Incorporação de Juros (inclusive) ou na data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme aplicável, no caso dos demais Períodos de Capitalização; e termina na Data de Incorporação de Juros (exclusive) ou na data de pagamento de Juros Remuneratórios (exclusive) do respectivo período, conforme aplicável. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.5.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção, e não substituição pelas autoridades competentes no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência de qualquer um dos eventos previstos no início deste item 4.5.8, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para que seja definido de comum acordo entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação:

- I. novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor; e
- II. cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, que não deverá exceder a Data de Vencimento das Debêntures. Caso o cronograma aprovado pelos Debenturistas e pela Emissora preveja a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada proporcionalmente entre os titulares das Debêntures em circulação e a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios será aquela estabelecida nesta Escritura.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1274969

4.5.8.1. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.8.2. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas quanto às matérias previstas nos incisos I e II do item 4.5.8, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.5.8 acima, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis* no respectivo Período de Capitalização. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.5.9. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.5.8 acima, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não mais será realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

#### 4.6. Repactuação Programada

4.6.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### 4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures (observado o disposto no item 4.7.1.1. abaixo) será amortizado de acordo com a tabela abaixo, sendo a primeira parcela devida ao término do prazo de 47 (quarenta e sete) meses contados da Data de Emissão, isto é, em 17 de novembro de 2018:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO (OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 4.7.1.1. ABAIXO)
17 de novembro de 2018	0,8500%
17 de março de 2019	0,8500%

15/1



17 de junho de 2019	0,8500%
17 de setembro de 2019	0,8500%
17 de dezembro de 2019	1,6000%
17 de março de 2020	1,6000%
17 de junho de 2020	1,6000%
17 de setembro de 2020	1,6000%
17 de dezembro de 2020	2,5000%
17 de março de 2021	2,5000%
17 de junho de 2021	2,5000%
17 de setembro de 2021	2,5000%
17 de dezembro de 2021	saldo do Valor Nominal Unitário

4.7.1.1. Para os fins do item 4.7.1 acima, o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado corresponderá à soma: (i) do Valor Nominal Unitário, conforme definido no item 4.1.1 acima, aos (ii) Juros Remuneratórios incorporados ao Valor Nominal Unitário, ambos considerados na Data de Incorporação de Juros, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

#### 4.8. Condições de Pagamento

##### 4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede do Escriturador Mandatário; ou (b) pela instituição financeira contratada para este fim, conforme o caso.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, até 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a



1274971

Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.8.1.4. Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 4.8.1.3 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

#### 4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### 4.8.3. *Encargos Moratórios e Multa*

Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios e Multa").

#### 4.8.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

Sem prejuízo do disposto no item 4.8.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.9. **Publicidade**

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOERJ e no

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

12/1



1274972

Jornal do Commercio, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação, na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário, informando o novo veículo.

#### 4.10. Contrato de Suporte de Acionistas

4.10.1. Nos termos do “Contrato de Suporte de Acionistas e Outras Avenças”, celebrado em 15 de dezembro de 2014 entre a Odebrecht, o Agente Fiduciário, a Emissora e a OPI S.A. (“Contrato de Suporte de Acionistas” e, em conjunto com esta Escritura e o Contrato de Colocação, os “Documentos da Emissão”), a Odebrecht assumiu o compromisso de aportar, ou fazer com que sejam tempestivamente aportados por terceiros, recursos na Emissora, por sua conta e risco, observados os procedimentos previstos no Contrato de Suporte de Acionistas, exclusivamente no caso de inadimplemento pela Emissora em relação ao pagamento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias devidas em decorrência das Debêntures e desta Escritura, desde que, em qualquer hipótese, já tenham transcorrido eventuais prazos de cura definidos nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, Juros Remuneratórios, Encargos Moratórios e Multa, custos e despesas previstos nesta Escritura, nos prazos previstos para realização do pagamento, inclusive na decretação de vencimento antecipado das Debêntures (“Evento de Suporte” e “Obrigações Garantidas”, respectivamente), os recursos necessários para que a Emissora possa cumprir integralmente as Obrigações Garantidas devidas e não pagas (“Suporte de Capital”).

4.10.2. O aporte de recursos na Emissora que deverá ser realizado para cumprimento da obrigação de Suporte de Capital deverá ocorrer, a critério da Odebrecht, por meio de (i) aprovação de aumento do capital social da OPI S.A. e da Emissora, subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, de ações decorrentes dos aumentos de capital acima referidos (“Aumento de Capital”), (ii) contratação de empréstimos subordinados aos direitos decorrentes desta Escritura e das Debêntures, entre a Emissora, como mutuária, e a Odebrecht e/ou quaisquer terceiros, como mutuantes, de tal forma que os montantes oriundos do empréstimo só poderão ser pagos pela Emissora à Odebrecht e/ou a quaisquer terceiros, enquanto a Emissora estiver adimplente em relação ao pagamento das Obrigações Garantidas (“Empréstimo Subordinado”), ou (iii) uma combinação das operações anteriormente previstas, observados os demais termos do Contrato de Suporte de Acionistas.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

18/1



1274973

## 5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

### 5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios aplicáveis às demais Debêntures em circulação.

### 5.2. Resgate Antecipado e Amortização Antecipada Facultativa

5.2.1. A Emissora reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado").

5.2.1.1. O Resgate Antecipado será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios e Multa, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição, a Data de Incorporação de Juros ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado, sem o acréscimo de qualquer prêmio ou multa, mediante o envio de notificação direcionada à totalidade dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à CETIP (ou, a critério da Emissora, mediante a publicação de comunicado na forma do item 4.9 acima, desde que existam mais de 3 (três) Debenturistas), com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, que conterà as condições do Resgate Antecipado, sem prejuízo do quanto disposto no item 4.8.3 acima na hipótese de eventual impontualidade no pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures. O Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.2. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, promover a amortização antecipada proporcional da totalidade das Debêntures em circulação, até o limite de 98% (noventa e oito inteiros por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Amortização Antecipada"). A Amortização Antecipada será realizada mediante o pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição, da Data de Incorporação de Juros ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Antecipada, sem o acréscimo de qualquer prêmio ou multa, mediante o envio de notificação direcionada à totalidade dos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP (ou, a

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral





1274974

critério da Emissora, mediante a publicação de comunicado na forma do item 4.9 acima, desde que existam mais de 3 (três) Debenturistas), com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, que contera as condições da Amortização Antecipada. A Amortização Antecipada será operacionalizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

### 5.3. Vencimento Antecipado

5.3.1. Observado o disposto nos itens 5.3.2 a 5.3.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- I. inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Odebrecht (e/ou, se aplicável, pela(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht), de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura ou nos demais Documentos da Emissão, na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis, sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.4. abaixo;
- II. inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Odebrecht (e/ou, se aplicável, pela(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht), de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura ou nos demais Documentos da Emissão, que, sendo passível de cura, (a) não seja sanado no prazo de cura específico; ou (b) em não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar (b.1) da data do conhecimento do fato pela Emissora, ou (b.2) da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora comunicando sobre a ocorrência do respectivo inadimplemento, nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XIII da Cláusula 6.1 e nos incisos I, II, III e IV da Cláusula 6.2. Para os fins desta Escritura, não serão passíveis de cura os Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos III, VI, VII, VIII, IX e XV desta Cláusula 5.3.1, e as obrigações previstas nos incisos XV e XXII da Cláusula 6.1 e na Cláusula 11.9;
- III. apresentação de: (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou pela Odebrecht (e/ou, se aplicável, pela(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht), independentemente de seu deferimento, (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pela Odebrecht (e/ou, se aplicável, pela(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht), ou pedido de falência da Emissora e/ou da Odebrecht (e/ou, se aplicável, da(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, (c) decretação de falência da Emissora e/ou da Odebrecht (e/ou, se aplicável, da(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

20/11



1274975

com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht), e/ou (d) liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Odebrecht (e/ou, se aplicável, da(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht), exceto se expressamente autorizada nos termos dos Documentos da Emissão;

- IV. cancelamento ou revogação de quaisquer cláusulas ou termos relevantes dos Documentos da Emissão por ato alheio à vontade das Partes e/ou prolação de qualquer sentença ou decisão por qualquer juiz ou tribunal e que não esteja sujeita a efeito suspensivo, declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer das cláusulas ou termos relevantes dos Documentos da Emissão, desde que, em quaisquer das hipóteses acima, as Partes não entrem em consenso em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da ocorrência do evento a respeito da inclusão de cláusulas e condições substitutas, observados os termos do disposto no item 11.4 desta Escritura;
- V. não destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura, conforme aplicável, no prazo estabelecido na Cláusula 3.7.2 desta Escritura;
- VI. transformação da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. cisão, fusão, incorporação (incluindo-se incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo diretamente a Emissora, bem como quaisquer outras operações que tenham por objetivo o mesmo efeito de qualquer das operações anteriormente referidas, exceto nas hipóteses abaixo listadas:
- 1) se previamente autorizada pelos titulares das Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação, observado que os Debenturistas deverão obrigatoriamente aprovar qualquer transação que, comprovadamente, não resulte no rebaixamento da classificação de risco (*rating*) da Emissão para um nível abaixo do nível obtido na Data de Emissão, pela SR Rating, desde que a transação não implique em extinção da Emissora; ou
  - 2) transações envolvendo exclusivamente sociedades afiliadas da Odebrecht, assim entendidas como quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente, coligadas ou que estejam sob controle comum com a Odebrecht ("Afiladas"), desde que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (i) o controle acionário (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ("Controle"), direto ou indireto da Emissora, seja mantido pela Odebrecht ou por empresa que vier a substituí-la como a Holding da Organização Odebrecht (conforme definido abaixo), e (ii) tal transação não resulte em extinção da Emissora, hipóteses nas quais referidas transações estarão, desde já, autorizadas, inclusive para os fins dos artigos 231 e 232 da Lei das Sociedades por Ações, observados os demais termos e condições dos Documentos da Emissão; ou

17

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

21/1



1274976

3) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo-se incorporação de ações) da Emissora, se tiver sido assegurado aos titulares das Debêntures que o desejarem, durante o prazo mínimo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de sua titularidade, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição, a Data de Incorporação de Juros ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observada a legislação aplicável;

- VIII. caso (i) a Odebrecht deixe de ser, ou deixe de ser a única, Holding da Organização Odebrecht e (ii) a(s) empresa(s) que vier(em) a substituí-la, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht não assumam, em caráter solidário entre tais empresas Holding da Organização Odebrecht e a Odebrecht (ressalvada a possibilidade de liberação da Odebrecht de tal obrigação solidária se previamente autorizada pelos titulares das Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação), as obrigações da Odebrecht no âmbito desta Escritura e do Contrato de Suporte, mediante a celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Suporte, prévia ou concomitantemente à data em que a(s) referida(s) empresa(s) tornar(em)-se Holding da Organização Odebrecht. Para os fins dos Documentos da Emissão, "Holding da Organização Odebrecht" significa a(s) empresa(s) controladora(s) do grupo econômico da Organização Odebrecht, conforme identificada(s) no organograma societário evidenciado nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da(s) referidas empresa(s) controladora(s) do grupo econômico da Organização Odebrecht disponíveis à época;
- IX. caso a Odebrecht ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituí-la como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht, deixe de exercer, direta ou indiretamente, o Controle da Emissora;
- X. caso as declarações prestadas pela Emissora e/ou pela Odebrecht em quaisquer dos Documentos da Emissão sejam ou tornem-se falsas, enganosas, incorretas ou incompletas, exceto aquelas declarações e garantias que, nos termos dos Documentos da Emissão, devam ser válidas, corretas e completas exclusivamente na data que foram prestadas. Sem prejuízo dos prazos de cura previstos no inciso II acima, caso, em quaisquer das hipóteses deste inciso, haja dúvida fundada sobre a falsidade, enganosidade, correção ou completude de quaisquer de tais declarações, será concedido à Emissora e/ou à Odebrecht, conforme o caso, um prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário informando sobre o inadimplemento;
- XI. arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos da Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, exceto se tal arresto, sequestro, penhora ou outra constrição de bens e/ou direitos for: (a)r sanado pela Emissora ou substituído por outra garantia no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da ocorrência

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

22/1



1274977

- do fato; ou (b) decorrente da excussão de garantias no âmbito de dívidas, ou emissão de valores mobiliários, autorizadas no inciso XXIII da Cláusula 6.1 abaixo;
- XII. vencimento antecipado ou inadimplemento de obrigações da Emissora, na qualidade de devedora principal de dívida(s) por ela diretamente contratada(s) decorrentes de contratos financeiros, junto a instituições financeiras ou decorrentes de operações de mercado de capitais, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos (conforme aplicável);
- XIII. protestos legítimos de títulos contra a Emissora cujo valor individual ou agregado exceda R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), desde que, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação do protesto, não seja apresentado ao Agente Fiduciário a comprovação de: (a) sustação, cancelamento ou suspensão dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (c) que foram prestadas garantias suficientes em juízo;
- XIV. não cumprimento pela Emissora de decisão judicial condenatória transitada em julgado ou arbitral definitiva, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, não sanado em 10 (dez) Dias Úteis, contados da data em que o cumprimento seja devido;
- XV. redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para tal finalidade, ficando, contudo, autorizada a realização de redução de capital social com o objetivo exclusivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, bem como reduções de capital realizadas dentro do grupo econômico da Emissora, desde que o Controle, direto ou indireto, da Emissora seja mantido pela Odebrecht ou, se aplicável, por empresa que vier a substituí-la como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht;
- XVI. alteração ou modificação do objeto social da Emissora para alterar substancialmente as atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora, que afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações pecuniárias assumidas no âmbito dos Documentos da Emissão, não sanado no prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário informando sobre a ocorrência do evento, exceto se tal alteração ou modificação do objeto social contar com a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade;
- XVII. pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu Estatuto Social, caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias assumidas nos Documentos da Emissão,

19

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

23/11



1274978

não sanado em até 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo pagamento, mediante aumento de capital da Emissora em valor igual ou superior àquele que foi pago em violação a este inciso, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Sanado o inadimplemento das obrigações pecuniárias assumidas nos Documentos da Emissão e enquanto não houver novo inadimplemento, a Emissora estará autorizada a realizar quaisquer pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu Estatuto Social;

XVIII. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Odebrecht, conforme o caso, das obrigações assumidas nos Documentos da Emissão, exceto se (i) em decorrência das reorganizações societárias e demais operações expressamente autorizadas nos termos dos Documentos da Emissão ou se de outra forma autorizado nos termos dos Documentos da Emissão, ou (ii) mediante prévia anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para tal finalidade; e

XIX. se, por qualquer motivo, a classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída à Emissão for rebaixada em nível inferior a “BBB” pela SR Rating.

5.3.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados nos incisos I (após o transcurso do prazo de cura) ou III do item 5.3.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o Agente Fiduciário, tão logo ciente, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento dos valores informados no item 5.3.5 abaixo.

5.3.3. Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos demais incisos do item 5.3.1 acima (e desde que transcorridos os prazos de cura, se houver), o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, que dependerá do voto de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

5.3.4. Caso, uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 5.3.3 acima, o quórum de deliberação referido no item anterior não seja atingido, as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, sendo certo que, enquanto não houver a instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, as Debêntures não serão consideradas antecipadamente vencidas.

20

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1274979

5.3.5. Havendo o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição, da Data de Incorporação de Juros ou da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, sob pena de incidência dos Encargos Moratórios e Multa previstos nesta Escritura. Caso o pagamento seja feito por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.3.6. Caso os recursos recebidos pelo Agente Fiduciário na ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures não sejam suficientes para quitar, simultaneamente, todas as obrigações relativas às Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (a) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, que não sejam os valores a que se referem os itens “b” e “c” a seguir; (b) pagamento de Juros Remuneratórios e demais encargos devidos nos termos desta Escritura; e (c) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiver sido pago, sem prejuízo dos encargos incidentes, enquanto não for pago, declarando a Emissora, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança por meio de processo de execução judicial.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS ACIONISTAS

6.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, a Emissora obriga-se a:

- I. enquanto houver Debêntures em circulação, cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
  - 1) preparar suas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - 2) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
  - 3) divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer do auditor independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício social;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

26/11



1274980

- 4) manter os documentos mencionados no item 3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - 5) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e às vedações à negociação;
  - 6) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2.º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder, aos Debenturistas e à CETIP; e
  - 7) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- II. não divulgar ao público informações referentes à Emissora e à Emissão em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 (exceto inciso III) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- III. na qualidade de ofertante, prestar, no âmbito da Oferta Restrita, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas. Caso, em quaisquer das hipóteses deste inciso, haja dúvida fundada sobre a validade, correção ou completude de quaisquer de tais declarações, será concedido à Emissora um prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário informando sobre o inadimplemento;
- IV. fornecer ao Agente Fiduciário:
- 1) no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social (incluindo o exercício social corrente), ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Emissora relativas ao exercício social então encerrado, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente cadastrada na CVM de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM, acompanhadas de declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;
  - 2) em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua notificação pelo Agente Fiduciário ou a ciência pela Emissora, o que ocorrer primeiro, informações ou documentos a respeito da ocorrência do inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Odebrecht, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão ou nos demais Documentos da Emissão;

22

*[Handwritten initials and signatures]*

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

26/1



1274981

- 3) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do fato, informações a respeito de qualquer situação que afete negativamente e de forma relevante, ou impossibilite o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais Documentos da Emissão, conforme o caso;
- 4) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, todos os atos e decisões relevantes da Emissora que afetem de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações pecuniárias previstas nos Documentos da Emissão ou que, de qualquer forma, venham a envolver diretamente os interesses dos Debenturistas;
- 5) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em menor prazo; e
- 6) vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCERJA, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da respectiva data de arquivamento;
- V. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis corridos contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do fato, informar ao Agente Fiduciário sobre (i) a ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou da Odebrecht previstos nos Documentos da Emissão, ainda que sujeito a prazo de cura, se aplicável, (ii) sobre a ocorrência de qualquer situação relevante que faça com que as demonstrações financeiras mais recentemente disponibilizadas da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora nas datas a que se referem e desde que tal inconsistência nas demonstrações financeiras evidencie uma situação que comprometa de forma adversa e relevante a capacidade de a Emissora cumprir integralmente as obrigações pecuniárias previstas nos Documentos da Emissão;
- VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VII. não descumprir, em qualquer aspecto relevante, seu estatuto social;
- VIII. manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, exceto com relação àqueles (i) que estejam sendo questionados de boa fé na esfera judicial ou administrativa, ou (ii) cujo não pagamento não afete o cumprimento pela Emissora de suas obrigações no âmbito desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Emissão;
- IX. manter válidas, corretas e completas em todos os seus aspectos relevantes, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



22/11



1274982

- e nos demais Documentos da Emissão, no que for aplicável, e notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da sua ciência, o Agente Fiduciário caso quaisquer das referidas declarações tornem-se inválidas, incorretas ou incompletas, exceto aquelas declarações e garantias que, nos termos dos Documentos da Emissão, devam ser válidas, corretas e completas exclusivamente na data que foram prestadas. Caso, em quaisquer das hipóteses deste inciso, haja dúvida fundada sobre a validade, correção ou completude de quaisquer de tais declarações, será concedido à Emissora um prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário informando sobre o inadimplemento;
- X. informar ao Agente Fiduciário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de no mínimo 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- XI. cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas (i) questionadas de boa fé nas esferas administrativa ou judicial ou (ii) cujo descumprimento não afete o cumprimento pela Emissora de suas obrigações no âmbito desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão;
- XII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, e ao cumprimento de todas as obrigações previstas nos Documentos da Emissão;
- XIII. manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades;
- XIV. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21 até sua liquidação, arcando com os respectivos custos;
- XV. contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a agência de classificação de risco que, conforme o caso, mantenha atualizado o relatório avaliação de risco (*rating*) das Debêntures, bem como assegurar que sejam entregues ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua divulgação, comunicando-o em até 1 (um) Dia Útil sobre intenção de revisão da classificação de risco e/ou efetiva alteração da classificação de risco das Debêntures. Caso a agência de classificação de risco contratada para fins da Emissão cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco (*rating*), a Emissora deverá (i) contratar outra agência de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, ou (ii) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário, que convocará Assembleia Geral de Debenturistas para que

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

28/12



1274983

esta defina a nova agência de classificação de risco das Debêntures, a qual deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação;

- XVI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços relativos às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP;
- XVII. efetuar em até 10 (dez) Dias Úteis após recebimento de notificação do Agente Fiduciário neste sentido, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, no exercício de suas atribuições previstas nesta Escritura, sendo que as despesas individuais acima de R\$2.000,00 (dois mil reais) ou as despesas mensais agregadas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) devem ser, sempre que possível, previamente acordadas com a Emissora, sem que isso venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas, de qualquer forma;
- XVIII. notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral pela Emissora;
- XIX. convocar, em até 3 (três) Dias Úteis, Assembleia Geral para deliberar sobre quaisquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário, devendo realizar tal convocação nos termos da presente Escritura, não o faça no prazo aplicável;
- XX. comparecer às Assembleias Gerais, sempre que solicitada;
- XXI. enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;
- XXII. não contratar novas dívidas ou emitir novos títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, durante o período de vigência das Debêntures, com exceção de dívidas, ou emissão de valores mobiliários, contratados para o capital de giro da Emissora. As Partes declaram e reconhecem que a presente obrigação refere-se exclusivamente à contratação pela Emissora, na qualidade de devedora, de novas dívidas corporativas com terceiros, não abrangendo, portanto, (a) dívidas ou valores mobiliários da Emissora existentes na presente data, incluindo mas não se limitando à presente Escritura e à CCB da Emissora, ou (b) dívidas, ou emissão de valores

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

29/1

mobiliários, contratados, ou a serem contratados, por quaisquer empresas nas quais a Emissora detenha participação societária, direta ou indireta.



1274984

6.2. A Odebrecht (e/ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) obriga-se, individualmente em relação a si, a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 115 (cento e quinze) dias após o término de cada exercício social (incluindo o exercício social corrente), ou em 5 (cinco) dias da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas anuais da Odebrecht (e/ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) relativas ao exercício social então encerrado, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente cadastrada na CVM de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação aplicável da CVM;
- II. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis corridos contados da data em que tomar conhecimento do fato, informar ao Agente Fiduciário sobre qualquer situação relevante que faça com que suas demonstrações financeiras mais recentemente disponibilizadas não mais reflitam a sua real condição financeira nas datas a que se referem e desde que tal inconsistência nas demonstrações financeiras evidencie uma situação que comprometa de forma adversa e relevante a capacidade de a Odebrecht (e/ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) cumprir integralmente as obrigações pecuniárias previstas nos Documentos da Emissão;
- III. não descumprir, em qualquer aspecto relevante, seu estatuto social;
- IV. manter válidas e corretas, em todos os seus aspectos relevantes, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura e nos demais Documentos da Emissão, no que for aplicável, e notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da sua ciência, o Agente Fiduciário caso quaisquer das referidas declarações tornem-se inválidas ou incorretas, exceto aquelas declarações e garantias que, nos termos dos Documentos da Emissão, devam ser válidas e corretas exclusivamente na data que foram prestadas. Caso, em quaisquer das hipóteses deste inciso, haja dúvida fundada sobre a validade, correção ou completude de quaisquer de tais declarações, será concedido à parte inadimplente um prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário informando sobre o inadimplemento; e
- V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, e ao cumprimento de todas as obrigações previstas nos Documentos da Emissão.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

30/11



1274985

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

### 7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme item 7.3 abaixo.

### 7.2. Declarações

7.2.1. O Agente Fiduciário declara:

- I. não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3.º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- III. aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- IV. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- V. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- VI. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- VII. que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

27

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

3/1




- VIII. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- IX. aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado descritas no item 5.3 desta Escritura;
- X. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XI. que não atua, nesta data, como agente fiduciário em emissões de debêntures de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora;
- XII. que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, por meio das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- XIII. que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

### 7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures, ou pela CVM.

7.3.2. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à (a) comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8.º da Instrução CVM 28 e (b) eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

#### 7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

33/1



1274988

- V. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- VIII. solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- IX. solicitar, quando considerar necessário para o exercício de suas funções, de forma justificada e dentro dos limites da razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- X. convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma do item 4.9 desta Escritura;
- XI. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1.º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- 1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - 2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

37/1



5) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

7) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e demais documentos da Oferta;

9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões, conforme previsto no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

XIII. colocar o relatório de que trata o inciso XII acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

- 1) na sede da Emissora;
- 2) na sede do Agente Fiduciário;
- 3) na CVM;
- 4) na CETIP; e
- 5) no endereço do Coordenador Líder;

XIV. publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso XIII acima;

31

*[Handwritten signatures and initials]*

*[Handwritten signature]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



35/1



1274990

- XV. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- XVI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XVII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou por quaisquer das pela Odebrecht, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- XVIII. disponibilizar diariamente aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculados pelo Agente Fiduciário através de sua central de atendimento e/ou *website*.
- 7.4.2. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:
- I. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
  - II. requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
  - III. tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
  - IV. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

36/1



1274991

7.4.3. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4.2, incisos I a III acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, estes assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4.2, inciso IV acima.

## 7.5. Remuneração

7.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, o correspondente a uma remuneração anual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada uma, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

7.5.2. As parcelas citadas no item 7.5.1 acima serão reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE") ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

7.5.3. As parcelas citadas no item acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA/IBGE, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.5.5. A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e não inclui o pagamento de honorários a terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.5.6. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características e/ou garantias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário, em comum e prévio acordo com a Emissora, a revisão dos honorários acima dispostos.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

32/1



1274992

7.5.7. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que as despesas superiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

7.5.7.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.5.7.2. As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora, que também deverão ser previamente aprovadas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da presente operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas.

7.5.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas e razoáveis. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.5.7.4. As despesas a que se refere este item 7.5.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas razoavelmente e de forma comprovada com: (i) publicações em geral, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos; (iii) locomoções entre Estados da Federação, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e (iv) despesas com *conference call* e contatos telefônicos e (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser

34

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3



1274993

8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação.

8.6. Para os fins de cálculo do quórum de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

8.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

8.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados o quórum nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante nesta data que:

I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

40/1



1274994

- II. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, para celebrar a presente Escritura e os demais Documentos da Emissão, e emitir as Debêntures, bem como para cumprir todas as obrigações previstas nos Documentos da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura e dos demais Documentos da Emissão ou para a realização da Emissão, exceto pela inscrição desta Escritura na JUCERJA e o registro das Debêntures na CETIP;
- VI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, tendo sido a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- VII. está adimplente, nesta data, com as obrigações constantes desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, não tendo ocorrido, até a presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- VIII. as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, naquela data e para aqueles períodos, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis estabelecidos na regulamentação aplicável;
- IX. a celebração, os termos e as condições desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (1) não infringem seus documentos societários; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; e (4) não resultarão em (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Emissora;
- X. não tem conhecimento, nesta data, acerca da existência de (1) descumprimento, pela Emissora, de qualquer disposição contratual relevante ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação ou processo judicial, administrativo ou

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

4/1



1274995

arbitral ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que, em quaisquer das hipóteses 1 e 2 acima (i) impacte de forma relevante e adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, ou questionar esta Escritura;

XI. não tem conhecimento, nesta data, de qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e

XII. a Emissora e seus respectivos administradores, conselheiros, diretores, ou empregados realizaram ou fizeram com que terceiros, em seu nome, oferecessem, prometessem, autorizassem qualquer pagamento, presente, vantagem para ou em benefício de qualquer de qualquer agente público local ou estrangeiro, dentro do significado estabelecido pela Lei 12.846, de 1 de agosto de 2013, conforme alterada ("Lei Anticorrupção"), ou qualquer partido político ou candidato a cargo público (em conjunto, os "Agentes"), que viole a Lei Anticorrupção e, comprovadamente, (i) tenha por objetivo influenciar qualquer ato oficial ou decisão administrativa ou de outra natureza (ii) tenha por objetivo induzir um Agente a influenciar qualquer decisão administrativa, nos dois casos (i) e (ii) com o propósito de obter vantagens em seus negócios, ou (iii) praticaram quaisquer atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. Nem a Emissora nem qualquer de seus respectivos administradores, conselheiros, diretores, ou empregados realizaram ou autorizaram a realização do pagamento de propinas, rebates, repasses, comissões ou o recebimento de qualquer pagamento dessa natureza ou em violação da Lei Anticorrupção ou de qualquer legislação regulamentação local ou estrangeira sobre a matéria que seja aplicável à Emissora.

9.2. A Odebrecht (e/ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht declaração e garantirão, conforme aplicável) declara e garante nesta data que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, para celebrar a presente Escritura e os demais Documentos da Emissão, bem como para cumprir todas as obrigações previstas nos Documentos da Emissão, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da declarante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

42/1



1274996

- V. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Odebrecht de suas obrigações nos termos da presente Escritura e dos demais Documentos da Emissão ou para a realização da Emissão, exceto pela inscrição desta Escritura na JUCERJA e o registro das Debêntures na CETIP;
- VI. está adimplente, nesta data, com as obrigações constantes desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, não tendo ocorrido, até a presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- VII. as demonstrações financeiras da Odebrecht relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Odebrecht, naquela data e para aqueles períodos, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis estabelecidos na regulamentação aplicável;
- VIII. a celebração, os termos e as condições desta Escritura e dos demais Documentos da Emissão, e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (1) não infringem seus documentos societários; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Odebrecht seja parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face Odebrecht que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; e (4) não resultarão em (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de geração de caixa da Odebrecht; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Odebrecht;
- IX. não tem conhecimento, nesta data, acerca da existência de (1) descumprimento, pela Odebrecht (e/ou, se aplicável, pela(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) de qualquer disposição contratual relevante ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação ou processo judicial, administrativo ou arbitral ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que, em qualquer das hipóteses 1 e 2 acima (i) impacte de forma adversa e relevante a capacidade da Odebrecht (e/ou, se aplicável, da(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) de honrar suas obrigações nos termos dos Documentos da Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, ou questionar quaisquer dos Documentos da Emissão;
- X. a Odebrecht (e/ou, se aplicável, da(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) e seus respectivos administradores, conselheiros, diretores ou empregados não realizaram ou fizeram com que terceiros, em seu nome, oferecessem, promettessem, autorizassem qualquer pagamento, presente, vantagem para ou em benefício de qualquer de qualquer Agente, dentro do significado estabelecido pela Lei Anticorrupção, que viole a Lei

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

43/1



1274997

Anticorrupção e, comprovadamente, (i) tenha por objetivo influenciar qualquer ato oficial ou decisão administrativa ou de outra natureza (ii) tenha por objetivo induzir um Agente a influenciar qualquer decisão administrativa, nos dois casos (i) e (ii) com o propósito de obter vantagens em seus negócios, ou (iii) praticaram quaisquer atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. Nem a Odebrecht (e/ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) nem qualquer de suas afiliadas e respectivos administradores, conselheiros, diretores ou empregados realizaram ou autorizaram a realização do pagamento de propinas, rebates, repasses, comissões ou o recebimento de qualquer pagamento dessa natureza em violação da Lei Anticorrupção ou de qualquer legislação regulamentação local ou estrangeira sobre a matéria que seja aplicável à Odebrecht (e/ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht).

9.3. A Emissora e a Odebrecht (e/ou, se aplicável, a(s) empresa(s) que vier(em) a substituir a Odebrecht como, ou dividir com ela a função de, Holding da Organização Odebrecht) se obrigam, cada uma individualmente quanto a si, e de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e/ou Agente Fiduciário, por eventuais prejuízos, danos, perdas, custos ou despesas, desde que devidamente comprovados (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios razoáveis), incorridos pelos Debenturistas exclusivamente em razão da falsidade, incorreção ou incompletude de quaisquer das declarações prestadas acima, que deverão ser verdadeiras, corretas e completas até a quitação das obrigações constantes desta Escritura, com exceção das declarações prestadas nos itens "V", "VII", "VIII", "IX", "X" e "XI" da Cláusula 9.1 e nos itens "V", "VI", "VII", "VIII" e "IX" da Cláusula 9.2, as quais deverão ser verdadeiras, corretas e completas apenas na data em que foram prestadas.

9.4. Os valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário em razão do disposto no item 9.3 acima, que não forem pagos pela Emissora em até 10 (dez) dias da data que se tornarem devidos, conforme notificação encaminhada pelo Agente Fiduciário neste sentido, estarão abrangidos ao conceito de Obrigações Garantidas para os fins do Contrato de Suporte.

## 10. NOTIFICAÇÕES

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

**ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Parte A,

Butantã, São Paulo, SP

CEP: 05501-050

At.: Marco Campos Rabello

40

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3



h/1



Tel.: (11) 3096-8000  
Fax: (11) 3096-8242  
E-mail: marcorabello@odebrecht.com

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca  
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para a Odebrecht:

**ODEBRECHT S.A.**  
Rua Lemos Monteiro, nº 120, 14º andar, Parte A,  
Butantã, São Paulo, SP  
CEP: 05501-050  
At.: Marcela Aparecida Drehmer Andrade  
Tel.: (11) 3096-8000  
Fax: (11) 3096-8242  
E-mail: marceladrehmer@odebrecht.com

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 1 (um) Dia Útil após o envio da mensagem.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes.

11.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

45/11



1274999

11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

11.8. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.9. A Emissora e/ou a Odebrecht não poderão ceder quaisquer de seus direitos e obrigações decorrentes desta Escritura ou dos demais Documentos da Emissão, exceto se (i) em decorrência de reorganizações societárias e demais operações expressamente autorizadas nos termos dos Documentos da Emissão ou (ii) mediante aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para tal finalidade.

## 12. FORO

12.1. As Partes elegem, por este ato, o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios decorrentes desta Escritura e das Debêntures, havendo formal e expressa renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

J

42

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

46/1

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2014.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]



1275000

43

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Bernardo'.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

47/1

[Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Odebrecht Participações e Investimentos S.A.]



1275001

**ODEBRECHT PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**

Por: Odvio França  
Cargo: promotor

Por: Vinícius Nêscio  
Cargo: promotor

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

48/1

[Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Odebrecht Participações e Investimentos S.A.]



1275002

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marcelle Santoro

Por:

Cargo: **Marcelle Santoro**  
Diretora

45

J

f

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

49/1

[Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Odebrecht Participações e Investimentos S.A.]



1275003

ODEBRECHT S.A.

Por: Odvio France  
Cargo: Promotor

Vinícius Nazzari  
Promotor

Assinaturas adicionais

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
Nire: 33300295704  
Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
Arquivamento: ED33000594-000/3

50/1



1275004

[Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Odebrecht Participações e Investimentos S.A.]

**Testemunhas:**

1. Fernanda Cunha Lima  
 Nome: Fernanda Cunha Lima  
 RG: 33.856.883-3

2. Ana Carolina Damázio Negrão  
 Nome: ANA CAROLINA DAMÁZIO NEGRÃO  
 RG: 34.915.866-9

*[Assinaturas manuscritas]*

*[Assinatura]*  
 Bernardo F. S. Berwanger  
 Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: ODEBRECHT PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S A  
 Nire: 33300295704  
 Protocolo: 0020144365146 - 19/12/2014  
 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/12/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
 Autenticação: 8D0F12E070AA0952006F010CBFBB8B732B56DDEF123EA29AB96C38D4583D4E44  
 Arquivamento: ED33000594-000/3